



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Catanduva

FORO DE CATANDUVA

1ª VARA CÍVEL

Parque das Américas, 55, ., Centro - CEP 15800-032, Fone: (17)

3311-4379, Catanduva-SP - E-mail: upj1a3cvccatanduva@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

**EDITAL DE LEILÃO**

Processo Digital nº: **0007428-64.2019.8.26.0132**  
 Classe – Assunto: **Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica**  
 Exequente: **Lojas Cem S/A**  
 Executado: **Agenilda Vasconcelos Oliveira**

**EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO PARA CONHECIMENTO DE INTERESSADOS E INTIMAÇÃO DA(S) PARTE(S)**

**Processo nº: 0007428-64.2019.8.26.0132**

**Classe - Assunto Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela/Tutela Específica**

**Exequente: LOJAS CEM S/A**

**Executado: AGENILDA VASCONCELOS OLIVEIRA**

**EDITAL DE LEILÃO - 1ª E 2ª PRAÇA DO BEM ABAIXO DESCRITO, CONHECIMENTO DE EVENTUAIS INTERESSADOS NA LIDE E INTIMAÇÃO DO(A)S PARTES(S); EVENTUAL(IS) COPROPRIETÁRIO(S); EVENTUAL(IS) TITULAR(ES) DE USUFRUTO, USO, HABITAÇÃO, ENFITEUSE, DIREITO DE SUPERFÍCIE, CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA OU CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO; EVENTUAL(IS) CREDOR(ES) PIGNORATÍCIO, HIPOTECÁRIO, ANTICRÉTICO, FIDUCIÁRIO OU COM PENHORA ANTERIORMENTE AVERBADA; EVENTUAL(IS) PROMITENTE(S) COMPRADOR(ES) E/OU VENDEDOR(ES); EVENTUAL(IS) CÔNJUGE(S) E/OU HERDEIRO(S) DESSE(S).**

O MM. Juiz de Direito Dr. Lucas Figueiredo Alves da Silva, da 1ª Vara Cível da Comarca de Catanduva/SP, na forma da lei,

FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela/Tutela Específica ajuizada por LOJAS CEM S/A contra AGENILDA VASCONCELOS OLIVEIRA - Processo nº 0007428-64.2019.8.26.0132 e que foi designada a venda do(s) bem(ns) descrito(s) abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

**CLÁUSULA 1ª:** DO(S) IMÓVEL(IS) – O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) em caráter "AD CORPUS" e no estado de ocupação e conservação em que se encontra(m), sem garantia.

Parágrafo Único: A descrição detalhada e as fotos do(s) imóvel(is) a ser(em) apreçoado(s) estão disponíveis no Portal [www.calilleiloes.com.br](http://www.calilleiloes.com.br).

**CLÁUSULA 2ª:** DO(S) BEM(NS) – O(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontra(m), sem garantia; através do portal [www.calilleiloes.com.br](http://www.calilleiloes.com.br) o usuário tem acesso à descrição detalhada e fotos do(s) bem(ns) a ser(em) apreçoado(s).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Catanduva

FORO DE CATANDUVA

1ª VARA CÍVEL

Parque das Américas, 55, ., Centro - CEP 15800-032, Fone: (17)

3311-4379, Catanduva-SP - E-mail: upj1a3cvcatanduva@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

CLÁUSULA 3ª: DA VISITAÇÃO – Constitui ônus dos interessados examinar o(s) imóvel(is) a ser(em) apreçoado(s), antes do encerramento do leilão.

Parágrafo Único: As visitas, quando autorizadas, deverão ser agendadas via e-mail [tjsp@calilleiloes.com.br](mailto:tjsp@calilleiloes.com.br), com antecedência mínima de 07 (sete) dias do encerramento do leilão.

CLÁUSULA 4ª: DO MEIO DE REALIZAÇÃO DO LEILÃO – O leilão será realizado por MEIO ELETRÔNICO, através do Portal [www.calilleiloes.com.br](http://www.calilleiloes.com.br).

§1º: DO PERÍODO DA 1ª PRAÇA: A 1ª praça terá início em 08/06/2026, a partir das 14:00 horas, encerrando-se em 11/06/2026, às 14:00 horas.

§2º: DO PERÍODO DA 2ª PRAÇA: Caso os lances ofertados não atinjam o valor mínimo de venda do(s) imóvel(is) na 1ª praça, a praça seguir-se-á sem interrupção até às 14:00 horas do dia 01/07/2026 – 2ª praça.

CLÁUSULA 5ª: DO CONDUTOR DO LEILÃO – O leilão será conduzido pelo(a) Leiloeiro(a) Oficial Sr(a). Julio Abdo Costa Calil, matriculado(a) na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 813.

CLÁUSULA 6ª: DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO(S) IMÓVEL(IS) – Na primeira praça o valor mínimo para a venda do(s) imóvel(is) leiloados(s) corresponderá a 100% (cem por cento) do valor da avaliação judicial, atualizada pela Tabela Prática para Cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Parágrafo Único: Na segunda praça, o valor mínimo para a venda do(s) imóvel(is) corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) do valor da avaliação judicial, atualizada pela Tabela Prática para Cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA 7ª: DAS PROPOSTAS PARCELADAS – Em consonância ao estabelecido no artigo 895 do CPC, o arrematante interessado em adquirir o bem em prestações poderá apresentar, por escrito:

I: Até o início da primeira praça, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação judicial, atualizada pela Tabela Prática para Cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

II: Até o início da segunda praça, proposta de aquisição do bem por valor não inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor da avaliação judicial, atualizada pela Tabela Prática para Cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em relação aos imóveis do ANEXO I, sendo que a proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista (pagamento em até 24 horas) e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, com parcelas iguais e sucessivas, cuja integralização o adquirente terá direito àquele bem, com a expedição a seu favor da Carta de Alienação e/ou do Mandado de Entrega, tudo antecedido da necessária lavratura do Auto correspondente (artigo 880, § 2º do CPC).

§1º: Em havendo interesse na posse imediata, o arrematante deverá se ater à parte final do § 1º, do art. 895, CPC, apresentando caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.

§2º: As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Catanduva

FORO DE CATANDUVA

1ª VARA CÍVEL

Parque das Américas, 55, ., Centro - CEP 15800-032, Fone: (17)

3311-4379, Catanduva-SP - E-mail: upj1a3cvcatanduva@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

§3º: As parcelas devem ser de, no mínimo, R\$ 1.000,00 (um mil reais).

§4º: No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.

§5º: O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

§6º: A proposta de pagamento do lance à vista, de mesmo valor, prevalecerá sobre as propostas de pagamento de lance parcelado.

§7º: Se o leilão tiver um lance a vista, posteriormente, não serão aceitos lances parcelados.

§8º: Em caso de aceite da proposta parcelada, compete exclusivamente ao arrematante a emissão das guias e a comprovação dos pagamentos mensais no processo.

§9º: A proposta obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, da decisão judicial, ou das circunstâncias do caso.

I: Caso o proponente não cumpra a proposta ofertada estará sujeito as penalidades legais, e àquelas que o(a) MM. Juiz(a) entender cabível, como a perda, em favor da execução, de eventual valor pago, além da comissão destinada ao leiloeiro, podendo o proponente ficar impedido de participar de hastas públicas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

§10º: Deixa de ser obrigatória a proposta se, antes do aceite pelo MM. Juiz, chegar ao conhecimento de Vossa Excelência a retratação do proponente.

§11º: As propostas serão recebidas e encaminhadas ao MM. Juiz que decidirá sobre sua aceitação ou não; logo, o recebimento das propostas não gera direito adquirido, nem expectativa de direito para o proponente, antes da decisão judicial, mas o deixa obrigado a cumpri-las, caso sejam aceitas.

**CLÁUSULA 8ª: DOS LANCES** – Os lances deverão ser ofertados pela rede Internet, através do Portal [www.calilleiloes.com.br](http://www.calilleiloes.com.br).

§1º: Durante o leilão, profissionais da Calil Leilões poderão auxiliar os interessados no que se fizer necessário, através do telefone (0 xx 16 3514-2040) ou e-mail ([tjsp@calilleiloes.com.br](mailto:tjsp@calilleiloes.com.br)).

§2º: Sobrevindo lance nos 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial exclusivamente eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.

**CLÁUSULA 9ª: DA IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE DO LANCE** – Os lances ofertados são irrevogáveis e irretroatáveis.

§1º: O Usuário é responsável por todas as ofertas registradas em seu nome, pelo que os lances não podem ser anulados e/ou cancelados em nenhuma hipótese.

§2º: Ressalvada a hipótese do art. 903, § 5º, do Código de Processo Civil, a desistência da arrematação acarreta a perda, em favor da execução, de eventual valor pago, além da comissão destinada ao(a) leiloeiro(a), podendo o arrematante ficar impedido de participar de hastas públicas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, conforme decisão judicial.

**CLÁUSULA 10: DOS DÉBITOS** – Os débitos fiscais e tributários incidentes sobre o(s) bem(ns) arrematado(s) sub-rogarão no preço da arrematação (art. 130, CTN), ficando o arrematante responsável pelo pagamento dos débitos de outra natureza, inclusive os condominiais e de alienação fiduciária.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Catanduva

FORO DE CATANDUVA

1ª VARA CÍVEL

Parque das Américas, 55, ., Centro - CEP 15800-032, Fone: (17)

3311-4379, Catanduva-SP - E-mail: upj1a3cvcatanduva@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

§1º: Os débitos de responsabilidade do arrematante, inclusive os condominiais e de alienação fiduciária, via de regra, deverão ser quitados de forma integral, sem direito a parcelamento, imediatamente após a expedição da carta de arrematação, ou da ordem de entrega, ou do mandado de imissão na posse, sob pena de ser cobrado judicialmente pelo credor do caso, salvo se o credor concordar expressamente em receber parcelado.

I: Para quitar os débitos previstos nessa cláusula o arrematante deve procurar diretamente o credor do caso.

§2º: Tema 1.134 do STJ: "Diante do disposto no art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, é inválida a previsão em edital de leilão atribuindo responsabilidade ao arrematante pelos débitos tributários que já incidiam sobre o imóvel na data de sua alienação".

**CLÁUSULA 11: DA COMISSÃO** – O arrematante deverá pagar, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do preço de arrematação do(s) imóvel(is), que não se incluirá no valor do lance.

§1º: Nos casos de bem indivisível, sendo exercido o direito de preferência por um dos condôminos, pelo cônjuge ou outro interessado, o percentual da comissão incidirá sobre o valor do lance total e não apenas sobre o valor da cota não pertencente ao arrematante, afinal tais interessados concorrem em iguais condições com os demais.

§2º: A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias à vontade do arrematante.

**CLÁUSULA 12: DO PAGAMENTO** – O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do(s) imóvel(is) arrematado(s), no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da praça, através de Guia de Depósito Judicial em conta vinculada ao respectivo processo, sob pena de se desfazer a arrematação.

§1º: Após a realização do pagamento da Guia de Depósito Judicial, o arrematante deverá encaminhar o respectivo comprovante de pagamento por e-mail (tjsp@calilleiloes.com.br), a fim de que os mesmos sejam juntados aos autos do processo para expedição da Carta de Arrematação, sem prejuízo de outros documentos necessários.

§2º: Não sendo efetuados os pagamentos devidos pelo arrematante no prazo estipulado, o Juiz será comunicado imediatamente e poderá aprovar a venda do(s) bem(ns) para o segundo colocado, pelo último lance por ele ofertado, sem prejuízo de aplicação da sanção prevista do Artigo 897 do Código de Processo Civil.

**CLÁUSULA 13: DO PAGAMENTO DA COMISSÃO** – O pagamento da comissão devida pela arrematação do bem deverá ser efetuado à vista, diretamente em conta bancária de titularidade do LEILOEIRO OFICIAL, a ser oportunamente informada ao arrematante após a arrematação.

§1º: Após a arrematação, o arrematante receberá os dados bancários para pagamento da comissão devida ao LEILOEIRO OFICIAL, devendo proceder ao depósito em conta, transferência bancária ou pagamento por outro meio admitido pelo leiloeiro, no prazo fixado no edital.

§2º: O pagamento da comissão será considerado realizado somente após a efetiva compensação/liquidação do valor na conta bancária indicada pelo LEILOEIRO OFICIAL.

§3º: Não será aceito pagamento em espécie, por meio de cheque, nem mediante depósito em conta diversa daquela expressamente indicada pelo LEILOEIRO OFICIAL.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Catanduva

FORO DE CATANDUVA

1ª VARA CÍVEL

Parque das Américas, 55, ., Centro - CEP 15800-032, Fone: (17)

3311-4379, Catanduva-SP - E-mail: upj1a3cvcatanduva@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

§4º: O comprovante de pagamento da comissão deverá ser preservado pelo arrematante e apresentado sempre que solicitado, para fins de controle e regular processamento do ato expropriatório.

§5º: Desfeita a arrematação pelo Juiz, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão restituídos ao mesmo os valores pagos e relativos ao preço do(s) imóvel(is) arrematado(s) e à comissão.

§6º: Após a realização do pagamento, o arrematante deverá encaminhar o respectivo comprovante juntamente com cópia da certidão de casamento, se o caso, por e-mail (tjsp@calilleiloes.com.br), a fim de que os mesmos sejam juntados aos autos do processo para expedição da Carta de Arrematação.

§7º: O arrematante inadimplente poderá, a critério do Juízo, ter seu nome inscrito nos cadastros de proteção ao crédito (SCPC/SERASA), bem como ser compelido ao pagamento da comissão devida ao Leiloeiro Oficial acrescida de multa, conforme percentual fixado no edital, além de juros e correção monetária. Para tanto, poderá ser expedida certidão de crédito correspondente, passível de execução judicial nos termos da legislação aplicável, ou de protesto no respectivo Tabelião de Protesto de Letras e Títulos, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

**CLÁUSULA 14: DO AUTO DE ARREMATAÇÃO** – O auto de arrematação será lavrado imediatamente após a comprovação do pagamento do lote e comissão, e será assinado pelo Juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro.

**CLÁUSULA 15: DA RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE E TRANSFERÊNCIA DO(S) BEM(NS)** – A responsabilidade para a transferência do bem para o seu nome é inteiramente do arrematante, inclusive com despesas cartorárias e congêneres.

§1º: O interessado em arrematar o(s) bem(ns) é responsável por diligenciar a fim de averiguar as condições físicas e jurídicas que o(s) bem(ns) possui(em), inclusive, (s) ônus real e/ou o(s) gravame(s) que pesa(m) sobre o(s) bem(ns), não podendo alegar qualquer desconhecimento posterior a arrematação.

§2º: O arrematante deve diligenciar para confirmar o(s) ônus real e/ou o(s) gravame(s) que pesa(m) sobre o(s) bem(ns) após a arrematação, a fim de, se desejar, fazer uso do direito previsto no artigo 903, § 5º, inciso I do Código de Processo Civil, uma vez que após a confecção do edital podem ocorrer novas penhoras/gravames sobre o(s) bem(ns), que culminará na preclusão para o arrematante caso não seja(m) questionada(s) a tempo.

§3º: Se o bem estiver em depósito, a partir da expedição da ordem entrega do bem os custos de permanência, manutenção e preservação do bem serão do arrematante, inclusive eventuais diárias.

§4º: No ato da retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá conferir o(s) referido(s) lote(s) (natureza, quantidade, estado ou condições em que o(s) mesmo(s) estiver(em)). Sendo constatada qualquer divergência e/ou irregularidade, o fato deverá ser imediatamente informado, por escrito, ao leiloeiro que será encaminhada ao MM. Juiz, ficando a retirada suspensa até que estejam solucionadas as eventuais dúvidas existentes. Não será aceita qualquer reclamação do arrematante com relação à irregularidade e/ou divergência do(s) bem(ns) arrematado(s) após a retirada do(s) mesmo(s).

§5º: Para transferir o(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante, ou seu procurador, deverá primeiramente retirar junto ao cartório judicial o respectivo “Mandado de Entrega do Bem” e então apresentá-lo ao Órgão responsável pelo registro do bem, recolhendo as custas extrajudiciais pertinentes (DETRAN, ANAC, Capitania, etc).



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Catanduva

FORO DE CATANDUVA

1ª VARA CÍVEL

Parque das Américas, 55, ., Centro - CEP 15800-032, Fone: (17)

3311-4379, Catanduva-SP - E-mail: upj1a3cvcatanduva@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

§6º: As despesas de transferência do bem arrematado, tais como emolumentos cartoriais, imposto de transmissão de bens imóveis – ITBI e/ou taxas relativas à transferência de veículos nos órgãos de trânsito competentes, correrão por conta do arrematante.

§7º: Finda a arrematação e lavrado o respectivo auto, encerra-se a atuação do Leiloeiro Oficial no presente feito, não lhe cabendo qualquer responsabilidade ulterior quanto a providências jurídicas, administrativas ou materiais referentes ao(s) bem(ns) arrematado(s), sendo de inteira responsabilidade do arrematante a adoção das medidas necessárias à imissão na posse, registro e regularização do bem(ns) arrematado(s), inclusive mediante a constituição de advogado de sua confiança, se assim entender.

### CLÁUSULA 16: CARTA DE ARREMATAÇÃO E/OU MANDADO DE ENTREGA DO BEM -

A carta de arrematação e/ou mandado de entrega do bem será(ão) expedido(s) pelo juízo responsável pelo processo, após o certificado decurso do prazo previsto no §2º do artigo 903 do CPC, devendo o arrematante comprovar o pagamento da taxa para expedição do Mandado de Entrega do Bem, bem como providenciar as peças elencadas no artigo 901, §2º do CPC, e sempre que necessário, recolher as custas para acompanhamento de Oficial de Justiça. §1º: Não existe prazo estabelecido para a certificação do decurso de prazo nos autos, ato que depende exclusivamente do volume de trabalho do Cartório Judicial, sendo certo que a entrega do(s) bem(ns) ocorrerá apenas após esse ato. §2º: Para o cancelamento das condições anteriores à arrematação, e oriundas de outros processos, deverá o arrematante requerer a expedição do(s) ofício(s) diretamente aos respectivos juízos que originaram as condições.

### CLÁUSULA 17: DO CANCELAMENTO/SUSPENSÃO DO LEILÃO POR ACORDO/REMISSÃO APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL –

Havendo acordo, transação ou por qualquer outro motivo o bem não chegue a ser arrematado, a comissão não será devida pelo arrematante, ainda que haja publicação de edital etc. (Art. 267, §4º, das NSCGJ), assim como não haverá que falar em reembolso de despesas (artigos 274 e 275 das NSCGJ). Parágrafo Único: A comissão será devida nos casos do §1º, do Art. 892, do CPC.

### CLÁUSULA 18: DA ARREMATAÇÃO PELO CRÉDITO –

O exequente, desde que único credor, na hipótese de arrematação pelo crédito, deverá ofertar lances antes do encerramento do leilão diretamente no Portal Calil Leilões, e ficará responsável pelo pagamento da comissão devida na sua integralidade. §1º: Se a parte exequente arrematar o(s) bem(ns) e for o único credor, aplica-se o artigo 892, §1º do CPC e o depósito da diferença, se for o caso, deverá ser realizado em 3 dias úteis após o leilão, sob pena de tornar sem efeito a arrematação. §2º: A arrematação poderá, no entanto, ser tornada sem efeito nos casos previstos no §1º, do artigo 903, do Código de Processo Civil. §3º: Para fins de habilitação à arrematação pelo crédito, o exequente deverá apresentar ao Leiloeiro Oficial, antes da abertura do leilão, certidão de crédito emitida pelo juízo que determinou a alienação, na qual constem expressamente: a qualificação das partes, o número do processo, a declaração de que o exequente é o único credor habilitado e o valor atualizado de seu crédito até a data da expedição. A ausência dessa certidão ou a apresentação de documento incompleto poderá obstar a efetivação da arrematação pelo crédito.

### CLÁUSULA 19: DO DIREITO DE PREFERÊNCIA –

O coproprietário, o cônjuge ou companheiro(a), o descendente e o ascendente do executado, nessa ordem, e desde que não sejam parte da execução, terão preferência na arrematação e poderão exercer o seu direito diretamente no Portal, ofertando lances em igualdade de oferta com os demais participantes, ficando responsável pelo pagamento da comissão devida. Parágrafo Único: O detentor do direito, no momento da habilitação no Portal deverá se identificar como “sou parte envolvida no processo”, anexando cópia dos documentos que comprovem o direito de preferência, que será verificado pelo Leiloeiro e, se em termos, receberá uma habilitação especial para participar do leilão em igualdade de oferta.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Catanduva

FORO DE CATANDUVA

1ª VARA CÍVEL

Parque das Américas, 55, ., Centro - CEP 15800-032, Fone: (17)

3311-4379, Catanduva-SP - E-mail: upj1a3cvcatanduva@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

CLÁUSULA 20: DAS PROPOSTAS – Caso o bem não seja vendido durante o leilão, fica desde já autorizada a captação de propostas por valor não inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da avaliação, pelo prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do encerramento definitivo do leilão. Parágrafo Único: As propostas serão recebidas e encaminhadas ao(à) MM. Juiz(a) que decidirá sobre sua aceitação ou não; logo, o aceite das propostas não gera direito adquirido, nem expectativa de direito para o proponente, antes da decisão judicial.

CLÁUSULA 21: DOS INCIDENTES, AÇÕES INCIDENTAIS, RECURSOS E EXECUÇÕES DE SENTENÇAS – Não há incidentes, ações incidentais, recursos ou execuções de sentenças vinculados a este processo.

CLÁUSULA 22: DOS APENSOS, ENTRANHADOS E UNIFICADOS – Não há processos apensados, entranhados e unificados a este processo. Parágrafo Único: Processo principal 1001787-15.2018.8.26.0132; Apensado ao 1001787-15.2018.8.26.0132.

CLÁUSULA 23: DA MEAÇÃO – Nos termos do artigo 843 do Código de Processo Civil, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. Parágrafo Único: É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

CLÁUSULA 24: CIENTIFICAÇÃO e PUBLICAÇÃO DO EDITAL – A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações e/ou intimações pessoais de todos os interessados, e dos respectivos patronos, ficando-os INTIMADOS, caso não sejam localizados, sendo que ainda, para fins do que disposto no art. 889, incisos I à VIII e parágrafo único, do CPC, ficam cientes da alienação as partes, seus respectivos cônjuges, interessados descritos acima ou não, não podendo alegar desconhecimento diante da publicidade em rede mundial de computadores. §1º: Este edital será publicado no Portal <http://www.calilleiloes.com.br>, conforme previsto no art. 887, §2º, do Código de Processo Civil – CPC. §2º: Se o(a) ré(u)/executado(a) for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão (art. 889, parágrafo único do CPC).

CLÁUSULA 25 – As demais condições obedecerão ao que dispõe o Código de Processo Civil, o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427, de 1º de fevereiro de 1.933, que regulamenta a profissão de Leiloeiro Oficial, o Provimento CSM nº 1.625, de 09 de fevereiro de 2.009, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a Resolução nº 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça e o caput do artigo 335, do Código Penal.

CLÁUSULA 26 – Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal [www.calilleiloes.com.br](http://www.calilleiloes.com.br).

### ANEXO I: RELAÇÃO DO(S) IMÓVEL(IS)

1.I – DESCRIÇÃO DO LOTE Nº: 1 – IMÓVEL DE MATRÍCULA Nº: 29.045 DO 1º CARTÓRIO DE REGISTRO IMÓVEIS DE NOVO HORIZONTE/SP: UM LOTE DE TERRENO denominado Lote 02, da Quadra F, no LOTEAMENTO RECANTO DOS PESCADORES, neste município e comarca, medindo 12,50 m de frente para a Rua 01; do lado direito mede 20,00 m confrontando com o Lote 01; do lado esquerdo mede 20,00 m confrontando com o Lote 03, e mede de fundos 12,50 m confrontando com Orlando da Silva, perfazendo uma área superficial de 250,00 m<sup>2</sup>.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Catanduva

FORO DE CATANDUVA

1ª VARA CÍVEL

Parque das Américas, 55, ., Centro - CEP 15800-032, Fone: (17)

3311-4379, Catanduva-SP - E-mail: upj1a3cvcatanduva@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

PROPRIETÁRIOS: JOSÉ EDUARDO JANUÁRIO (50%) E AGENILDA VASCONCELOS OLIVEIRA (50%).

1.II – AVERBAÇÕES E REGISTROS CONSTANTES NA MATRÍCULA DO LOTE Nº: 1

R.03-29.045: compra do imóvel por José Eduardo Januário e Agenilda Vasconcelos Oliveira.

R.04-29.045: Agenilda Vasconcelos Oliveira vendeu sua parte ideal, integral, de 50% à José Eduardo Januário.

AV.05-29.045: existência de ação – processo nº 1001787-15.2018.8.26.0132.

AV.06-29.045: penhora dos autos nº 0007428-64.2019.8.26.0132.

1.III – DOS DÉBITOS MUNICIPAIS ATÉ 07/04/2026: R\$574,25 (quinhentos e setenta e quatro reais e vinte e cinco centavos).

1.IV – OUTRAS OBSERVAÇÕES CONSTANTES NO PROCESSO:

Em 28/10/2025, o oficial de justiça constatou que no terreno acima descrito encontra-se edificada uma casa em alvenaria e coberta com telhas de barro, com aproximadamente 180m<sup>2</sup> de área construída, em bom estado de conservação, e uma pequena piscina.

1.V – Valor da avaliação de 100% (cem por cento) do imóvel em 28/10/2025: R\$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

1.VI – Valor da avaliação de 100% (cem por cento) do imóvel atualizada para 04/2026 pela tabela prática do TJ-SP: R\$ 357.444,33 (trezentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e trinta e três centavos).

1.VII – Valor de 75% da avaliação do imóvel atualizada para 04/2026 pela tabela prática do TJ-SP: R\$ 268.083,24 (duzentos e sessenta e oito mil oitenta e três reais e vinte e quatro centavos).

1.VIII – Lance Mínimo aceito da 1ª praça: R\$ 357.444,33 (trezentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e trinta e três centavos).

1.IX – Lance Mínimo aceito da 2ª praça: R\$ 268.083,24 (duzentos e sessenta e oito mil oitenta e três reais e vinte e quatro centavos).

1.X – Localização do(s) bem(ns): Lote 02, Quadra F, Loteamento Recanto dos Pescadores, em Novo Horizonte/SP.

1.XI – Depositário(a): Agenilda Vasconcelos Oliveira.

2.I – DESCRIÇÃO DO LOTE Nº: 2 – IMÓVEL DE MATRÍCULA Nº: 29.143 DO 1º CARTÓRIO DE REGISTRO IMÓVEIS DE NOVO HORIZONTE/SP: UM LOTE DE TERRENO denominado Lote 03, da Quadra F, no LOTEAMENTO RECANTO DOS PESCADORES, neste município e comarca, medindo 12,50 m de frente para a Rua 01; do lado direito mede 20,00 m confrontando com o Lote 02; do lado esquerdo mede 20,00 m confrontando com o Lote 04, e mede de fundos 12,50 m confrontando com Orlando da Silva, perfazendo uma área superficial de 250,00 m<sup>2</sup>.

PROPRIETÁRIOS: JOSÉ EDUARDO JANUÁRIO (50%) E AGENILDA VASCONCELOS OLIVEIRA (50%).

2.II – AVERBAÇÕES E REGISTROS CONSTANTES NA MATRÍCULA DO LOTE Nº: 2



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Catanduva

FORO DE CATANDUVA

1ª VARA CÍVEL

Parque das Américas, 55, ., Centro - CEP 15800-032, Fone: (17)

3311-4379, Catanduva-SP - E-mail: upj1a3cvcatanduva@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

R.03-29.143: compra do imóvel por José Eduardo Januário e Agenilda Vasconcelos Oliveira.

R.04-29.143: Agenilda Vasconcelos Oliveira vendeu sua parte ideal, integral, de 50% à José Eduardo Januário.

R.05-29.143: compra do imóvel por Roseli Martins da Rocha.

AV.06-29.143: existência de ação – processo nº 1001787-15.2018.8.26.0132.

R.07-29.143: compra do imóvel por José Eduardo Januário.

AV.08-29.143: penhora dos autos nº 0007428-64.2019.8.26.0132.

2.III – DOS DÉBITOS MUNICIPAIS ATÉ 07/04/2026: R\$410,15 (quatrocentos e dez reais e quinze centavos).

2.IV – OUTRAS OBSERVAÇÕES CONSTANTES NO PROCESSO:

Em 28/10/2025, o oficial de justiça constatou que na parte dos fundos do terreno acima descrito encontra-se edificada uma pequena área aberta, em alvenaria e coberta com telhas de barro, com aproximadamente 60m<sup>2</sup> de área construída, em regular estado de conservação.

2.V – Valor da avaliação de 100% (cem por cento) do imóvel em 28/10/2025: R\$40.000,00 (quarenta mil reais).

2.VI – Valor da avaliação de 100% (cem por cento) do imóvel atualizada para 04/2026 pela tabela prática do TJ-SP: R\$40.850,78 (quarenta mil oitocentos e cinquenta reais e setenta e oito centavos).

2.VII – Valor de 75% da avaliação do imóvel atualizada para 04/2026 pela tabela prática do TJ-SP: R\$30.638,08 (trinta mil seiscentos e trinta e oito reais e oito centavos).

2.VIII – Lance Mínimo aceito da 1ª praça: R\$40.850,78 (quarenta mil oitocentos e cinquenta reais e setenta e oito centavos).

2.IX – Lance Mínimo aceito da 2ª praça: R\$30.638,08 (trinta mil seiscentos e trinta e oito reais e oito centavos).

2.X – Localização do(s) bem(ns): Lote 03, Quadra F, Loteamento Recanto dos Pescadores, em Novo Horizonte/SP.

2.XI – Depositário(a): Agenilda Vasconcelos Oliveira. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de Catanduva, aos 22 de abril de 2026.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**